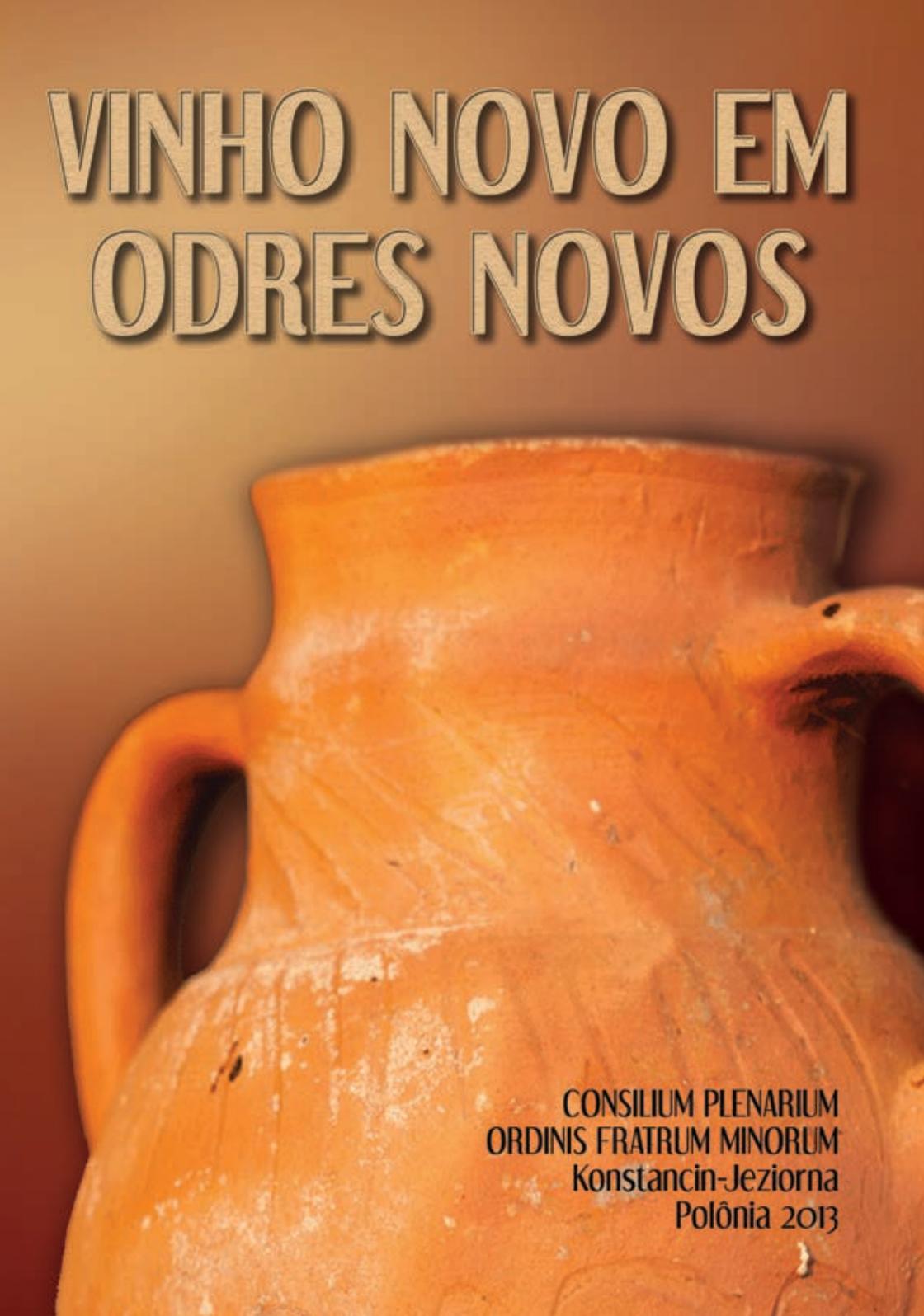


# VINHO NOVO EM ODRES NOVOS



CONSILIUM PLENARIUM  
ORDINIS FRATRUM MINORUM  
Konstancin-Jeziorna  
Polônia 2013

# VINHO NOVO EM ODRES NOVOS

(Mt 9,17)



**Conselho Plenário OFM  
17-30 de novembro de 2013**

**ROMA 2014**



*Ufficio Comunicazioni*  
*Curia generale dei Frati Minori*  
*Via Santa Maria Mediatrice 25*  
*00165 – Roma*  
© 2014

*Conselho Plenário  
Ordem dos Frades Menores  
Konstancin-Jeziorna, Polônia,  
17-30 de novembro de 2013*



**DOCUMENTO  
DO CPO 2013**

**Apresentação**



Caríssimos Confrades  
O Senhor lhe dê a sua paz!

Com profundo sentimento de gratidão, apresento-lhes, caros Irmãos, o *Documento final do Conselho Plenário da Ordem*, realizado em Konstancin-Jeziorna, na Polônia, de 17 a 30 de novembro de 2013. Quarenta e três frades participaram com voz ativa desse encontro, inspirado no desafio proposto pelo Senhor Jesus a seus discípulos e a todos nós: “Vinho novo em odres novos” (Mt 9,17). Este tema impele a todos nós, como Ordem, a procurar sempre a voz do Senhor Jesus, que age em nossas Fraternidades, cuja responsabilidade fundamental é a de construir centros de comunhão, de maneira que tanto o frade individualmente como a fraternidade possam tornar-se testemunhas vivas da bondade e da misericórdia de Deus, que sempre operam em nosso meio, e possam ir pelo mundo como irmãos “menores” do Evangelho.

Na esclarecedora Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, o Papa Francisco fala de várias maneiras do “vinho novo” e dos “odres novos”, dos quais devemos dar um autêntico testemunho:

*Sempre que procuramos voltar à fonte e recuperar o frescor original do Evangelho, despontam novas estradas, métodos criativos, outras formas de expressão sinais mais eloquentes, palavras cheias de renovado significado para o mundo atual. Na realidade, toda a ação evangelizadora autêntica é sempre “nova”* (n. 11).

O Conselho Plenário da Ordem de 2013 tinha quatro objetivos específicos. Primeiro: determinar o “número e o método de eleição dos Definidores gerais a serem eleitos no Capítulo Geral de 2015, dando ao Conselho Plenário “voz deliberativa sobre a matéria em questão” (*Portadores do dom do Evangelho*, Mandato 46). Segundo: Colaborar na preparação do próximo Capítulo Geral e aconselhar sobre o lugar do Capítulo (CCGG, art. 194 §5). Terceiro: “Tratar dos problemas econômicos da Ordem” (CCGG, art. 194 §6). Enfim: “Ajudar o Ministro geral e o Definitório no governo



e na animação da Ordem” (CCGG, art. 194 §1). Colegialmente, o Governo da Ordem e os membros do Conselho Plenário trabalharam de fato com extraordinário empenho para alcançar esses objetivos.

Procurando assumir as próprias responsabilidades em relação à Ordem, o Conselho Plenário esforçou-se também por “retornar à fonte e recuperar o frescor original” da vida dos Frades Menores, radicado no Evangelho. As “novas estradas” e os “métodos criativos” que o Papa Francisco nos chama a criar na Ordem, na Igreja e no mundo, são as tarefas diárias de cada Irmão da Fraternidade universal. O Conselho Plenário representa uma ulterior contribuição nesta caminhada de revitalização e de renovação espiritual. Enquanto nos preparamos para o Capítulo Geral 2015, cada um de nós e nós todos juntos devemos abrir nossos corações à ação do Espírito de Deus; devemos entrar sempre mais profundamente em nós mesmos para ouvir e discernir a voz do Espírito de Deus, que age na vida dos Frades criando fortes laços humanos e espirituais entre os Irmãos em fraternidade; e devemos escancarar as portas de nossa Fraternidade a todo o povo de Deus e à criação, enveredando sempre mais pelo caminho da minoridade e da itinerância. Este caminho nos levará a cumprir plenamente o “vinho novo em odres novos”, como *fratres et minores*. Espero que cada um de nós possa ter a coragem de acolher de braços abertos o chamado do Evangelho a esta santa novidade!

Fraternalmente,

Roma, 07 de fevereiro de 2014

Fr. Michael A. Perry, OFM  
*Seu Servo e Ministro geral*

Prot. 104542

*Conselho Plenário  
Ordem dos Frades Menores  
Konstancin-Jeziorna, Polônia,  
17-30 de novembro de 2013*



**DOCUMENTO  
DO CPO 2013**

**I  
Princípios inspiracionais**



## **Premissa**

1. No decorrer da história, a vida de nossa Ordem caracterizou-se sempre pelo esforço de ouvir e de responder à vontade de Deus que, em seu Filho Jesus Cristo e no sublime gesto de seu despojamento, chama também a nós, Frades Menores, a despojar-nos para sermos coerentes com o dom recebido em nossa vocação, vivendo a novidade do Evangelho não como uma lembrança da qual gloriar-nos, mas como um desafio a ser assumido.

2. A novidade à qual nossa Ordem é chamada não comporta a mudança de tudo porque já é ineficiente, obsoleto ou superado. O vinho do Evangelho é sempre novo e nossa Fraternidade, fixando a própria existência no Filho dileto, torna-se também ela novidade. Todavia, depois do longo percurso de maturação iniciado com o Conselho Plenário de Guadalajara (México) em 2001, deduz-se que hoje é tempo de alguns odres, ou algumas estruturas, serem renovadas para conservar melhor o vinho do Evangelho a fim de oferecê-lo aos irmãos e irmãs do nosso tempo.

3. No início dos trabalhos de nossa assembleia, o Ministro Geral, Fr. Michael Perry, afirmou que “este Conselho Plenário deveria provocar em nós um sentimento de vida nova”, permitindo “a Deus de estar no centro de nossas vidas, do nosso pensar e discernir, no centro de nossas estruturas e de nossa Ordem”. As estruturas não podem extinguir a novidade do Evangelho, mas devem tornar-se disponíveis a ele, superando o perigo da autorreferencialidade e entrando na perspectiva da interrelação, da interculturalidade, de uma dimensão fraterna afetiva e efetiva, atenta à vida dos outros na caridade evangélica.

4. Levando em consideração a história do povo polonês, com momentos muito significativos e também trágicos de sua luta pela defesa da liberdade, vimos o exemplo da vida e testemunho do São Maximiliano Maria Kolbe e do bem-aventurado Jerzy Popielusko



– que tivemos ocasião de conhecer através dos lugares de sua vida terrena –, para enfrentar os desafios presentes em nossas realidades sociais, nacionais e locais que necessitam de novas e verdadeiras testemunhas do Evangelho, sinais proféticos e autênticos que denunciam os falsos valores de nosso tempo (cf. CCGG 67). O *Instrumentum laboris* do Conselho Plenário sugeriu-nos adquirir uma nova mentalidade para oferecer novas respostas em todos os níveis, tanto pessoalmente como em nível de novas estruturas, a fim de que elas sejam uma verdadeira expressão do nosso ser Frades Menores inseridos na vida e na sociedade<sup>1</sup>.

5. A mudança das estruturas, porém, é infrutífera se nossa vida pessoal não mudar, se o Evangelho não estiver no centro de nossa vocação: existe um processo de reestruturação muito mais profundo a ser realizado, um processo que tem relação também com a conversão da mente e do coração, a reestruturação de cada Frade Menor, a fim de que cada irmão permita que o Espírito de Deus o conduza pelo caminho da conversão permanente<sup>2</sup>.

## **Irmãos em comunhão**

*Mas todos, sem exceção, sejam chamados de irmãos menores (Rnb 6,3)*

Comecemos, irmãos! (1Cel 103)

6. Na *Vida do bem-aventurado Francisco*, Tomás de Celano relata um dito que Francisco de Assis dirigiu a seus frades: “Comecemos, irmãos, a servir o Senhor Deus, porque até agora pouco ou nada progredimos!” Não julgava que o já tivesse conquistado

---

<sup>1</sup> Cf. *Instrumentum laboris* do Conselho Plenário da Ordem 2013, nn. 2,1.5; 2.1.6; *Portadores do dom do Evangelho*, Documento do Capítulo Geral da Ordem 2009, nn. 14; 29.

<sup>2</sup> Fr. Michael A. Perry, *O futuro de nossas estruturas a serviço da fraternidade e da missão no mundo hoje*. Relatório do Ministro Geral ao Conselho Plenário da Ordem 2013, . 12.

e, permanecendo infatigável no propósito de santa renovação, esperava sempre começar” (1Cel 103,6-8). Sustentados pelo espírito de Francisco e movidos por sua exortação, durante o Conselho Plenário de Konstancin-Jeziorna reafirmamos – como fizeram nossos irmãos em Guadalajara – que a pessoa do frade-em-relação é a estrutura fundamental de nossa Ordem<sup>3</sup>: desse pressuposto básico brotaram as reflexões, as opções e as orientações que, em resposta ao mandato que nos foi confiado pelo Capítulo geral de 2009, apresentamos com este documento a todos vocês, irmãos da Ordem dos Frades Menores.

7. Além disso, desejamos comunicar-lhes a alegria da comunhão fraterna vivida na Polônia: como irmãos, provenientes de várias partes do mundo – algumas marcadas por profundos sofrimentos e conflitos que, por vezes, tornam difícil viver fielmente a vocação de Menores –, partilhamos a graça de nossa vocação e o compromisso de testemunhar a força do carisma franciscano e seu valor profético para o mundo atual.

### **Chamados à comunhão fraterna**

*Portanto, nada de vós retenhais para vós! (COrd, 29)*

8. O fundamento da vocação de cada Frade Menor é o chamado que Deus lhe dirigiu de viver em comunhão com Ele, com os irmãos e com o mundo inteiro, para “observar o santo Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo, vivendo em obediência, sem nada de próprio e em castidade” (Rb 1,1) em nosso tempo e para o nosso tempo. Esta é a nossa Regra e vida (cf. CCGG 1 §1; para a fórmula de nossa Profissão cf. CCGG 5).

9. Este é um chamado essencialmente pessoal e é um grande mistério. Só pode ser compreendido na medida em que cada um

---

<sup>3</sup> Cf. *Fraternidade em missão num mundo que muda*, Documento do Conselho Plenário da Ordem 2001, n. 2.



de nós viver o Evangelho de Jesus Cristo, seguindo suas pegadas até chegar ao ponto de poder dizer: “Fui crucificado com Cristo e já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim” (Gl 2,19-20). Por isso, a exortação de Frei Francisco em sua *Carta a toda a Ordem* continua a falar-nos com uma atualidade ainda hoje válida como no tempo em que foi escrita: “Portanto, nada de vós retenhais para vós, a fim de que totalmente vos receba Aquele que totalmente se vos oferece” (COOrd 29).

**10.** Esta intimidade, esta comunhão com Cristo não é por amor do próprio Frade. É por amor do Evangelho. Por isso, o Senhor lhe dá irmãos e faz dele um dom para eles. Na comunhão fraterna, nós, Frades, aprendemos o que significa seguir as pegadas daquele que veio para servir e não para ser servido (cf. Mt 20,28), e aprendemos a doar-nos a todos como irmãos menores (cf. CCGG 64). Desse modo, nós, Frades, convidamos todos os homens, através do testemunho de nossa vida de Menores, a reconhecer sua dignidade de filhos de Deus e a renovar a face da terra (cf. Cord 9; além de CCGG 83 §2 e 87 §1).

**11.** Nessa perspectiva, a comunhão para a qual somos chamados abrange a identidade única de cada Frade como filho de Deus e chama a cada um para uma recíproca troca de dons a fim de oferecer-nos como dom recíproco e como dom ao mundo, quer como Frades individualmente quer como Fraternidades (cf. CCGG 40). A comunhão sustenta nossa liberdade de filhos de Deus e nos convida, na mesma liberdade, a responder à voz de Deus com coração amoroso enquanto Deus nos fala através dos laços da comunhão que partilhamos como irmãos entre nós e com nosso mundo. Enfim, a comunhão nos enche daquela alegria que brota somente de uma intimidade pessoal com Cristo (cf. Jo 15,11), que nos guia em suas pegadas a uma vida oferecida para o serviço de todos os irmãos e de todas as irmãs, daqueles cuja pobreza e cuja dor sobem ao céu como um grito ao qual o Altíssimo responde enviando a nós, Frades Menores.

12. A vida de comunhão – comunhão co Cristo, comunhão com os irmãos, comunhão com todas as pessoas e com toda a criação – é o coração da vocação de cada Frade, e é por isso fundamental para a nossa identidade de Frades Menores. Portanto, a comunhão é, da mesma forma, fundamental para a rede de relações em que cada um de nós vive como membro da Ordem, particularmente as relações que mantemos com os irmãos que são nossos Ministros.

### **Viver a comunhão fraterna em minoridade**

*E ninguém se denomine prior!* (Rnb 6,3).

13. Para dar vida a esta comunhão fraterna, Francisco chamou de irmãos aqueles que exerciam a autoridade de Ministros e os estabeleceu como servos dos outros frades: “E ninguém se denomine prior, mas todos, sem exceção, sejam chamados de irmãos menores. E *um lave os pés do outro* (Jo 13,14)” (Rnb 6,3-4)<sup>4</sup>. Essa maneira de compreender a autoridade a serviço da comunhão exige que se cultive um particular estilo do governo da parte dos Ministros dos Frades Menores. A primeira e mais importante qualidade era e continua a ser uma especial ternura materna: “Os irmãos que são ministros e servos dos demais irmãos visitem e admoestem seus irmãos e os corrijam com humildade e caridade, não lhes ordenando nada que seja contra sua alma e a nossa Regra” (Rb 10,1).

14. Em seus escritos, Frei Francisco nos indica seu “estilo tipicamente minorítico” de viver as relações fraternas e a autoridade “como servos e sujeitos a todos, pacíficos e humildes de coração (CCGG 64), sem apropriar-se dos papéis e dos cargos<sup>5</sup>. Na Regra

---

<sup>4</sup> Na fraternidade querida por Francisco, todos os Frades são iguais: “*Todos vós sois irmãos; e a ninguém chameis de pai para sobre a terra, pois um só é vosso Pai, aquele que está nos céus. Não vos chameis de mestres, pois um só é o vosso Mestre, aquele que está nos céus [Cristo]* (Mt 23,8-10)” (Rnb 22,33-35).

<sup>5</sup> “*‘Não vim para ser servido, mas para servir’* (Mt 20,28), diz o Senhor. Aqueles que foram constituídos acima dos outros, gloriem-se tanto deste ofício de pre-



*bulada*, lemos: “Onde estão e onde quer que se encontrarem os irmãos, mostrem-se mutuamente familiares entre si. E com confiança um manifeste ao outro a sua necessidade, porque se a mãe nutre e ama seu filho (cf. 1Ts 2,7) carnal, quanto mais diligentemente não deve cada um amar e nutrir seu irmão espiritual?” (Rb 6,7-9; cf. também Rnb 9,10-11). Para garantir a dimensão relacional e recíproca da autoridade, Francisco reserva para si o título de “mãe”, e não o de pai, quando escreve a Frei Leão para indicar-lhe sua vontade (cf. Carta a Frei Leão 3) e na Regra para os eremitários organiza a vida dos irmãos numa alternância de funções entre mães e filhos (cf. RE 1-2)<sup>6</sup>.

15. Podemos dizer, por isso, que, essencialmente, Francisco entende a autoridade como serviço e cuidado, como geração dos irmãos para a vida do Evangelho: “E recordem-se os ministros e servos do que diz o Senhor: *‘Não vim para ser servido, mas para servir’* (Mt 20,28), e de que lhes foi confiado o cuidado das almas dos irmãos, dos quais terão de prestar contas no dia do juízo (Mt 12,36) diante do Senhor Jesus Cristo, se algum se tiver perdido por sua culpa e mau exemplo” (Rnb 4,6). Não será também a falta desta atitude relacional entre nós Frades que está a criar em nossa vida demasiados conflitos interpessoais, um fraco senso de confiança e de pertença e dificuldades no viver a fidelidade e a perseverança, como demonstrou a pesquisa sobre a “*Situação da Ordem hoje*” apresentada durante o Conselho Plenário? Em nossas fraternidades, demos ainda mais espaço ao cuidado recíproco, à ternura e à misericórdia, considerando a *Carta de Francisco a um ministro* um eficiente modelo para a administração e solução dos conflitos.

---

lado como se tivessem sido destinados para o ofício de *lavar os pés* dos irmãos. E se mais se perturbam por causa do ofício de prelado que lhes foi tirado do que por causa do ofício de *lavar os pés* (cf. Jo 13,14), tanto mais ajuntam para si bolsas para perigo da alma” (Adm 4).

<sup>6</sup> Também Clara relê seu relacionamento com Francisco narrando uma visão na qual o santo, como uma mãe, a nutre oferecendo-lhe o leite de seu seio (cf. *Processo de canonização de Clara de Assis* 3,93-97).

16. Outra característica essencial deste estilo minorítico é seu radical espírito de abertura. Os Ministros devem estar completamente à disposição de seus irmãos: “Os ministros, porém, recebiam-nos caritativa e benignamente e tenham para com eles tanta familiaridade que eles possam falar-lhes e agir como senhores com seus servos; pois, assim deve ser, que os ministros sejam servos de todos os irmãos” (Rb 10,6-7). Estamos convencidos de que “se exercida evangelicamente, a autoridade deveria conduzir-nos a uma melhor compreensão e prática da escuta, ou seja, a uma maior experiência da *minoritas*”<sup>7</sup>.

17. Francisco não era um idealista desprevenido em sua maneira de entender a autoridade como serviço. Na *Regra*, ele exorta assim os irmãos-em-relação com seus Ministros: “Porém, os irmãos que são súditos recordem-se de que por Deus renunciaram à própria vontade. Por isso, ordeno-lhes firmemente que obedeçam a seus ministros em todas as coisas que prometeram ao Senhor observar e que não sejam contrárias à alma e à nossa Regra” (Rb 10,3-4; cf. Adm 3). O abuso na comunhão fraterna provém não só da parte dos Ministros que se julgam “superiores”, mas também dos Frades que se esqueceram de ter aderido a uma comunhão de irmãos com os quais caminhar nas pegadas daquele que não veio para cumprir sua vontade, mas a vontade daquele que o enviou (cf. Jo 6,38). Assim Francisco chama todos os Frades, sejam os Ministros, sejam os irmãos por eles servidos, a viver em mútua e recíproca relação de uns com os outros (cf. CCGG 45 §§2-3). O estilo típico de os Frades Menores viverem a autoridade e a obediência – querido por Francisco e amadurecido durante oito séculos e sancionado em nossa legislação –, foi recentemente proposto pela Igreja a toda a vida consagrada<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Fr. Michael A. Perry, *O futuro de nossas estruturas*, cit. n. 9).

<sup>8</sup> Cf. *O serviço da autoridade e a obediência*, Instrução da CIVCSVA, Roma 2008, nn. 25-26. Cf. também *Perfectae caritatis*, Decreto do Concílio Ecumênico Vaticano II sobre a renovação da Vida Religiosa, Roma 1965, n. 14; *Vita Consecrata*, Exortação Apostólica do Santo Padre João Paulo II sobre a Vida



**18.** Entre os Frades Menores, a autoridade está a serviço da comunhão dos irmãos entre si, com o mundo e, enfim, com Deus, que nos chamou a viver o santo Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo (cf. CCGG 45 §1). Quando bem exercida, esta autoridade nos habilita a fazer de nós mesmos uma língua com a qual possamos proclamar o amor salvífico de Deus em Cristo. Com efeito, como Francisco, também nós, Frades Menores, não somos chamados por amor a nós, mas por amor a Deus e para contribuir para a comunhão de todos e de toda a criação na vida de Deus Trino (cf. Jo 17,18-23).

**19.** A fraternidade de Francisco, ontem e hoje, tem no Capítulo (geral e provincial) a mais alta expressão do serviço da autoridade e da obediência recíproca. Na escuta da vontade de Deus que nos chamou e nos envia a anunciá-lo, por ocasião dos Capítulos, nós, Frades, fazemos uma experiência de discernimento e partilha daquilo que agrada ao Senhor. É este o sentido da celebração dos Capítulos por ocasião da festa de Pentecostes: nossa vida é uma vida do Espírito e no Espírito, que vive a autoridade e a obediência como resposta àquele “que nos amou por primeiro” (1Jo 4,19). Pentecostes e a Porciúncula, como “lugares” para a celebração dos Capítulos<sup>9</sup>, são ainda hoje, para nós e nas intenções de Francisco, um compromisso e uma oportunidade de rever nossa identidade e nossa vocação-missão à luz do Espírito do Senhor e das perguntas que o contexto cultural e social de hoje nos dirigem. Possa a nossa fraternidade viver um renovado “Pentecostes franciscano” que reacenda em nós a paixão por nossa forma de vida e nos abra a levar a todos, com generosidade e entusiasmo, “a alegria do Evangelho”<sup>10</sup>.

---

Consagrada e sua missão na Igreja e no mundo, Roma 1996, n. 43; CDC 618.

<sup>9</sup> Cf. Rnb 5,4; 18,2; Rb 8,2.5; *Carta a um Ministro* 13,21; CCGG 188.

<sup>10</sup> Cf. *Evangelii gaudium*, Exortação apostólica do Santo Padre Francisco sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual, Roma 2013.

*Conselho Plenário  
Ordem dos Frades Menores  
Konstancin-Jeziorna, Polônia,  
17-30 de novembro de 2013*



**DOCUMENTO  
DO CPO 2013**

**II  
Decisões e propostas**



## **Instrumentos de comunhão fraterna**

*Nenhum irmão exerça qualquer poder  
ou domínio mormente entre si (Rnb 5,9)*

20. Nos dias transcorridos em Konstancin-Jeziorna partilhámos a alegria do “vinho novo” que o Senhor nos deu com sua pessoa e seu Evangelho. Este não é um dom só para nós, mas feito a nós para os outros. Por isso, é necessário que o vinho sempre novo do Evangelho e da nossa *forma de vida* tenha “odres novos”, estruturas novas ou renovadas, que estejam a serviço da vocação integral dos Frades e que promovam e facilitem a animação e a fidelidade ao nosso ser irmãos-em-missão para os outros.

21. Em nosso trabalho tivemos como referência o *Instrumentum laboris* que nos guiou na reflexão sobre a problemática geral do governo da Ordem, na comum “convicção de que todas as estruturas devem estar a serviço da comunhão e da pertença à Ordem: não está em jogo esta ou aquela Província, esta ou aquela Conferência, mas o carisma e a missão da Ordem”<sup>11</sup>. Afinal, nossa “preocupação principal é garantir a continuidade da presença de nosso carisma e não a sobrevivência das estruturas existentes”<sup>12</sup>.

22. Assim como Francisco e sua primeira fraternidade se puseram à escuta do Senhor e das exigências de seu tempo e nossa Ordem continuou a fazer durante seus oito séculos de história, da mesma forma, queremos também nós hoje adequar nossas estruturas de governo e de animação para que nos ajudem a “viver da melhor maneira nosso carisma, de forma que tanto seja fiel e como criativa, e para que “fomentem uma maior comunicação, colaboração, corresponsabilidade, criatividade e comunhão entre os frades

---

11 *Instrumentum laboris*, n.3.5.

12 *Redimensionamento e reestruturação*. Subsídio do Definitório geral OFM, Roma 2011, p. 5.



em nível das Entidades e de toda a Ordem”<sup>13</sup>. A discussão fraterna e as opções feitas deram sempre atenção para a maneira de Francisco compreender a autoridade: não um “serviço de poder e de domínio sobre os irmãos, realidades que não são nem evangélicas em caridosas”<sup>14</sup>, mas essencialmente como “presença significativa, substancial e de serviço aos frades”<sup>15</sup>.

23. Concretamente, o CPO se perguntou: Quem pode ser um bom Definidor geral? Isto é, quais são os critérios para eleger um Definidor geral? Baseados em que critérios são eleitos? Quais são as qualidades exigidas? Levando sempre em conta que não existe o Definidor “perfeito”, mas o Definidor “possível”, eis algumas características tomadas de documentos anteriores (cf. EEGG 149 §1) que delineiam o seu *perfil*.

*O perfil do Definidor geral* (cf. EEGG 149 §2)

- O Definidor geral tem uma experiência precedente de animação e de governo.
- Possui algumas capacidades e qualidades que o tornam útil para o serviço da Ordem e capaz de viver numa Fraternidade internacional e de trabalhar em grupo.
- É uma pessoa disponível à mudança, pessoal e estruturalmente, de forma a alcançar a renovação da Ordem e de garantir ao Definitório uma certa agilidade e flexibilidade de trabalho.
- O Definidor geral deve também ter um bom conhecimento das culturas. Além de sua língua própria, original, deve compreender e poder exprimir-se ao menos numa das três línguas oficiais da Ordem, isto é, italiano, espanhol ou inglês.

---

<sup>13</sup> Fr. Michael A. Perry, *O futuro de nossas estruturas*, cit. n. 8.

<sup>14</sup> Fr. Michael A. Perry, *O futuro de nossas estruturas*, cit. n. 8.

<sup>15</sup> *Instrumentum laboris* n. 2.1.4.

*A tarefas dos Definidores gerais (EEGG 150)*

- Eleitos para toda a Ordem.
- Aconselhar o Ministro geral naquilo que é pertinente à vida e à missão da Ordem.
- Executar tarefas particulares confiadas a eles pelo próprio Ministro geral.
- Animar a vida evangélica entre as Entidades e nas regiões da Ordem.
- Além disso, devem acompanhar uma região geográfica ou cultural, a saber:
  - a) Individuar e pôr-se em contato com os candidatos para o serviço de Visitador geral.
  - b) Sintetizar o relatório conclusivo enviado pelo Visitador geral para apresentá-lo ao Definitório geral.
  - c) Apresentar ao Ministro geral, depois da discussão em Definitório, um esboço da carta que ele envia à Entidade após a visita.
  - d) Motivar os Ministros provinciais, Custódios e todos os frades para que colaborem com pessoal e com recursos econômicos para o sustento das Casas dependentes do Ministro geral (cf. *EEGG*, arts. 24; 117-118).
  - e) Coordenar as visitas do Ministro geral às Entidades e às Conferências (tempos, modos, lugares etc.) e acompanhá-lo na visita.
  - f) Criar e cuidar de um arquivo da região geográfica ou cultural de sua competência.

24. Em relação ao Definitório geral enquanto “conselho do Ministro geral” (*CCGG* 202 §1), o CPO destacou algumas características que representam também critério-guia para o discernimento capitular.



*A internacionalidade do Definitório.*

“O critério da internacionalidade deve ser mantido presente na escolha dos Definidores gerais, porque o Governo geral da Ordem deve expressar, tanto quanto possível, a diversidade étnica e geográfica da Ordem” (CPO 2001, *Documento final, Proposições e orientações*, II, 26-27).

*A representatividade.*

É importante levar em conta o número dos frades e das Entidades na situação presente. O Definidor tem uma função de ligação “em dois sentidos” entre o governo central e a base da Ordem: transmite orientações e indicações do governo aos frades e transmite a situação vocacional dos frades e das Entidades ao governo. Essa função parece-nos muito importante, porque é um eficaz serviço da comunhão no seio da Ordem.

*O senso de pertença.*

Com a profissão religiosa entramos numa família, que é a Ordem, para viver o projeto de vida contido na Regra e nas CCGG. A Província é parte desta família e não pode caminhar separadamente, nem pretender interpretar isoladamente o carisma, por pertencer a uma Ordem aprovada pela Igreja e não a uma federação de Províncias. Nesse sentido, os eleitos para o governo da Ordem devem representar não só as respectivas Conferências, mas devem ter um sentido mais geral de Fraternidade universal. Pertencem tanto à sua Conferência quanto à Fraternidade que é a Ordem e para cujo governo são nomeados.

*O acompanhamento.*

São acompanhados os jovens e os anciãos; as estruturas estão em função do acompanhamento, da ajuda aos frades individualmente. “A estrutura básica da Ordem é cada frade “movido pelo Espírito” (Rnb 2,1). Estamos convencidos de que este Espírito, que

é o vínculo da perfeição (Cl 3,14; CLR 10,7) e a fonte do projeto evangélico, impele o frade a tornar-se *Frade-em-relação*, pessoa capaz de pôr em jogo a própria vocação com os outros, também em situações de tensão” (CPO 2001, *Documento final, Princípios inspiracionais* n. 2).

25. O CPO aprovou dois grupos de proposições que têm valor diferente e são apresentadas nas duas parte que seguem:

a) *Decisões* “sobre o número e o método de eleição dos Defini-dores gerais, que entrarão em vigor, *ad experimentum*, no Capítulo geral de 2015” (Capítulo geral 2009, Mandato 45);

b) *Propostas* de mudanças em algumas estruturas que são apre-sentadas ao Capítulo geral 2015 para que sejam transformadas em eventuais decisões capitulares.

Apesar de as propostas parecerem demasiado “técnicas”, na ver-dade, são uma orientação à abertura de nossas estruturas existen-tes para refletir sobre seu objetivo principal e para dar um novo impulso e um renovado entusiasmo à colaboração na Ordem, à comunicação entre nós, Frades, à abertura ao nosso mundo em contínua mudança, à missão de levar a todos o dom do Evangelho, solicitados pela exigência evangélica do “vinho novo em odres no-vos” (Mt 9,17).



## I. DECISÕES

### **Número dos Definidores gerais**

1. O número dos Definidores gerais a serem eleitos durante o Capítulo geral é de oito, provenientes:

- 3 das Conferências da Europa (UFME)
- 2 das Conferências da América Latina (UCLAF)
- 1 da Conferência de língua inglesa
- 1 da Conferência Africana
- 1 das Conferências da Ásia (FCAO)

### **Modalidade de eleição**

2. Para a eleição dos Definidores gerais em Capítulo, proceda-se segundo as seguintes disposições:

No tempo preestabelecido, cada Conferência apresentará à Secretaria do Capítulo geral dois candidatos ao cargo de Definidor geral.

O envio dos nomes dos candidatos à Secretaria geral será acompanhado do *curriculum vitae*, da descrição das qualidades específicas que se referem ao serviço proposto e as motivações principais da parte da Conferência dos Ministros provinciais.

Os nomes dos candidatos, com os respectivos *curriculum vitae*, sejam repassados aos vogais um mês antes do Capítulo geral.

Durante o Capítulo geral, os Capitulares provenientes de cada área designarão os candidatos conforme a seguinte distribuição numérica:

- a. A área europeia proporá 6 (seis) candidatos;
- b. A área da América Latina proporá 4 (quatro) candidatos;
- c. A área de língua inglesa proporá 2 (dois) candidatos;
- d. A área da África proporá 2 (dois) candidatos;
- e. A área da Ásia proporá 2 (dois) candidatos.

## II. PROPOSTAS

### Eleição do Irmão Leigo

*Eleição do Irmão Leigo professo solene  
como legítimo vogal do Capítulo geral*

1. Cada Conferência dos Ministros provinciais eleja um Irmão Leigo como legítimo vogal do Capítulo geral (cf. EEGG 142 §3). Para as Conferências com mais de 500 professos solenes seja eleito um segundo Irmão Leigo por Conferência, para dar maior significado à representatividade dos Irmãos Leigos.

2. Cada Conferência estabeleça a modalidade para a designação do Irmão Leigo (ou dos Irmãos Leigos) que participará(ão) do Capítulo geral.

### Ministro geral

*Duração do cargo*

O cargo de Ministro geral tem a duração de seis anos, renovável por mais seis anos. Para a reeleição exige-se maioria qualificada (2/3) dos votantes no primeiro escrutínio).

*Vacância do cargo*

4. Em caso de vacância do cargo de Ministro geral no “primeiro triênio” de seu mandato, o Ministro é eleito segundo a norma atual dentro de *dois meses* (cf. CCGG 201 §1), mas com a prévia consulta e a prévia apresentação dos candidatos da parte das Conferências. Se o cargo vagar no “segundo triênio” entra o Vigário geral *ad complendum sexennium*.



*Visitas às várias Entidades*

5. Durante o sexênio, o Ministro geral visite possivelmente todas as Entidades da Ordem, programando para cada Visita um tempo qualificado e suficiente. Para realizar isso melhor – pelo valor simbólico que a Visita possui para reforçar o sentido de pertença à Ordem e reforçar a confiança e a esperança nos Frades –, julga-se importante a preparação da Visita. Por isso, estabeleça-se que o Definitório geral e os Serviços da Cúria geral colaboram nessa preparação, precisando os conteúdos e os temas a serem tratados no diálogo com a Entidade.

*Entidades e Casas dependentes*

6. As Entidades e as Casas dependentes “diretamente” do Ministro geral sejam confiadas para o “governo ordinário” à responsabilidade do Vigário geral, de maneira a “facilitar” o serviço do próprio Ministro à Fraternidade universal.

7. O Definitório geral constitua uma Comissão para o estudo dos problemas jurídicos e legais (civis e penais) das Casas e Entidades dependentes diretamente do Ministro geral, a fim de tutelar a Ordem e a própria pessoa do Ministro geral.

## **Ministro provincial e Custódio**

*Duração do cargo*

8. Propõe-se a modificação do art. 182 dos *EEGG*, a saber: o Ministro provincial pode ser reeleito para um segundo mandato com a duração de seis anos, mas sob a condição de que tenha a maioria qualificada (2/3 dos votantes no primeiro escrutínio).

9. A duração do mandato do Custódio de uma “Custódia autônoma” é assemelhada à duração do Ministro provincial.

*Formação dos Ministros provinciais e Custódios*

**10.** O Definitório geral continue a organizar os encontros de formação para os novos Ministros provinciais e Custódios no início do mandato.

**11.** O Definitório geral preveja, durante o mandato, um acompanhamento de avaliação do serviço prestado.

## **Conferências dos Ministros provinciais**

*Estrutura da Conferência*

**12.** O Capítulo geral esclareça o “papel estrutural” das Conferências a partir do que prescrevem as Constituições gerais (art. 227 §1).

*Composição da Conferência*

**13.** Na ereção ou reestruturação de uma Conferência de Ministros provinciais e Custódios, o Definitório geral pode dispensar do número mínimo das Entidades previstas pelos art. 200 §4 dos *EEGG*, contanto que a própria Conferência seja composta de ao menos 500 professos solenes.

*Duração do mandato de Presidente da Conferência*

**14.** Para melhorar a qualidade da animação da Conferência, a duração do mandato dos Presidentes seja, para todos, de três anos.

*Presidente da Conferência*

**15.** Além disso, propõe-se modificar o art. 204 §2 dos *EEGG*, de forma que os Presidentes das Conferências possam ser um Ministro provincial ou um Custódio (quer da Custódia autônoma, quer da Custódia dependente).



**16.** Segundo o que prescreve o art. 201b dos *EEGG*, nos encontros com o Definitório geral, os Presidentes das Conferências sejam consultados sobre as questões de maior importância da Ordem.

### **Secretariados e serviços da Cúria geral**

*Reflexão sobre os Secretariados,  
Serviços da Cúria e Conselhos internacionais*

**17.** O Definitório geral analise a situação dos dois Secretariados gerais (F&E e M&E) e dos outros Serviços da Cúria, tendo presentes as novas dimensões e as competências que a Ordem lhes atribuiu, redesenhando sua estrutura, sua natureza, sua composição, seus objetivos e seu funcionamento. Nessa revisão insira-se também a dos respectivos Conselhos internacionais.

*Secretariado geral para a Formação e os Estudos*

**18.** No seio do Secretariado geral para a Formação e os Estudos, o Definitório geral institua a figura do Moderador geral para a Formação permanente, com o objetivo específico de animar as Conferências e as Entidades e dê particular atenção aos Centros de Estudo da Ordem.

*Secretariado geral para as Missões e para a Evangelização*

**19.** Por indicação do Definitório geral, o Secretariado das M&E promova as vocações missionárias e uma política de “novas” missões e “presenças” na Ordem e solicite a reflexão sobre nossa presença no mundo e sobre as maneiras de sê-lo de modo mais profético.

### **Capítulo geral 2015**

*Temas*

**20.** O Capítulo geral 2015 trate de poucos temas, “claros” e “bem definidos”.

21. Temas a “considerar” em vista do Capítulo geral sejam agrupados nos seguintes blocos temáticos:

- *a identidade da Ordem*: a vida de união com Deus, a fraternidade e a minoridade.
- *Conselhos evangélicos-votos*: reflexão à luz do Magistério da Igreja, tendo presente a cultura contemporânea e os desafios atuais.
- *Formação*: formação permanente, formação para o serviço da autoridade e dos formadores, formação para a missão.
- *Presença no mundo-Evangelização*: atenção aos marginalizados, consciência social, política missionária e evangelizadora, novas presenças, experiência paroquial profética, interculturalidade, diálogo interreligioso.

#### *Instrumentum laboris*

22. É bom que os trabalhos do Capítulo geral sejam acompanhados de um específico *Instrumentum laboris*, distinto do relatório do Ministro geral, que prepare e oriente a reflexão do Capítulo.

#### *Mandatos*

23. É bom que os mandatos a serem estabelecidos pelo Capítulo geral sejam poucos, realizáveis e sustentáveis.

#### *Estudo “interdisciplinar”*

24. O CPO sugere ao Definitório geral, envolvendo as diversas Entidades da Ordem, que continue a reflexão sobre o trabalho multidisciplinar iniciado, criando uma correlação interpretativa dos dados com a estrutura própria dos valores de nossa vida e missão, cujo resultado deverá ser apresentado ao Capítulo geral 2015.

25. O Definitório geral, envolvendo as diversas Entidades da Ordem, prossiga a reflexão sobre o estudo interdisciplinar da Or-



dem. Relacionando-o com os relatórios dos Visitadores gerais e o estudo sociológico sobre a Ordem.

*Sede do Capítulo geral de 2015*

**26.** A sede do próximo Capítulo geral de 2015 seja Assis, Santa Maria dos Anjos (Itália).

*Conselho Plenário  
Ordem dos Frades Menores  
Konstancin-Jeziorna, Polônia,  
17-30 de novembro de 2013*



**DOCUMENTO  
DO CPO 2013**

**III**  
**Relatório do Ministro Geral**  
Fr. Michael A. Perry, OFM



## O futuro de nossas estruturas a serviço da fraternidade e da missão

1. Cada vez que o guru se sentava para o culto junto com seus estudantes, o gato do ashram se apresentava para distraí-los, até que o guru mandou amarrá-lo a uma árvore enquanto a comunidade ashram estava em oração. Quando o gato morreu e quando também a árvore morreu, outro gato foi trazido para o ashram e nova árvore foi plantada, para se ter certeza de que a ordem do guru seria fielmente observada no momento do culto. Passaram-se séculos e os sábios do guru escreveram tratados e mais tratados sobre o significado litúrgico do costume de amarrar um “gato sagrado” a uma “árvore sagrada” enquanto se realizava o culto (cf. Anthony de Mello, *O canto dos pássaros. Fragmentos da sabedoria nas grandes religiões*, Paulinas, 1986).

“Se queres construir um navio, não reúna homens para recolher a madeira e distribuir as tarefas, mas ensina-lhes a saudade do mar aberto e infinito” (Antoine de Saint-Exupery).

“Então aproximaram-se os discípulos de João e lhe disseram: ‘Por que nós e os fariseus jejuamos com frequência, e teus discípulos não jejuam?’ Jesus lhes respondeu: ‘Por acaso os amigos do noivo podem ficar tristes enquanto o noivo estiver com eles? Mas, virão os dias em que o noivo lhes será tirado, e então jejuarão. Ninguém põe um remendo de pano novo em roupa velha, porque o remendo repuxa a roupa e o rasgão fica pior. Tampouco se coloca vinho novo em odres velhos. Do contrário, rompem-se os odres, o vinho escorre e os odres se perdem. Mas coloca-se o vinho novo em odres novos e assim ambos se conservam” (Mt 9,14-17).

2. Caríssimos Irmãos, chegados aqui a Konstancin, na Polônia, de todas as partes do mundo franciscano: *o Senhor lhes dê sua paz!*

Em nome do Definitório geral e de todos os frades que prestam



serviço à Ordem na Cúria geral, desejo expressar minha gratidão a Deus pelo dom do Evangelho, pela pessoa de Jesus, que através da Encarnação se uniu a nós e através da *forma vitae* proposta por nosso seráfico pai São Francisco nos convida a segui-lo como discípulos e irmãos “menores” no caminho da fé. Pois é exatamente o dom do Evangelho que está na origem de nossa vocação e de nossa Fraternidade (cf. *PdE* 7). Além disso, agradeço a Deus pelo dom dos irmãos: por cada um de vocês aqui presentes ao Conselho Plenário da Ordem e por todos os irmãos da única e universal Fraternidade da Ordem dos Frades Menores, à qual pertencemos por força de nossa profissão religiosa.

### **As prioridades que guiam nossa Fraternidade evangélica**

3. A responsabilidade fundamental de todos os frades da Ordem e de maneira particular de todos os Ministros é a de mutuamente recordar-nos constantemente a natureza de nossa vocação e de nossa identidade de Frades Menores que, “a cada momento e em cada circunstância procuram pôr o Evangelho, nas suas exigências mais radicais, como fundamento de nossa vida quotidiana e primeiro e último critério de nosso agir” (*Repartir do Evangelho, linhas-guia de animação para o sexênio 2010-2015*, p. 4), possibilitando que a lógica e as atitudes de Jesus se tornem nossas (“os mesmos sentimentos de Cristo Jesus”, Fl 2,5). Em virtude do Batismo, somos homens de fé, enraizados numa relação íntima e dinâmica com o Senhor Jesus. Através da profissão religiosa, respondemos ao dom do chamado de Deus “em obediência, sem nada de próprio e em castidade”, como está expresso em nossa *Regra* e nas *Constituições gerais*. Vivemos plenamente nossa profissão religiosa primeiramente e sobretudo no contexto da Fraternidade, ou seja, na partilha de nossa vida com outros irmãos que assumiram o mesmo compromisso e que têm fome e sede da comunhão com Deus e da comunhão com os outros, com os irmãos. Nossa Fraternida-

de torna-se o trampolim de lançamento para irmos pelo mundo como irmãos “menores”, abrindo a nós mesmos e as nossas Fraternidades às sugestões do Espírito, que nos impulsiona a ir para aquilo que o Papa Francisco chama de “periferias existenciais”, que compreendem “as do mistério do pecado, da dor, das injustiças, da ignorância... do pensamento, de todas as misérias” (*L'Osservatore Romano*, 28 de março de 2013). Somos chamados a anunciar a Boa Nova que recebemos no coração, que acolhemos e na qual colocamos nossa esperança e que partilhamos como irmãos que se encontram em comunhão de mente e de coração. Em nossa específica maneira franciscana, somos chamados a partilhar esta Boa Nova, pondo-nos de maneira particular a serviço dos pobres, dos marginalizados, dos migrantes, daqueles que sofrem toda forma de injustiça e miséria – as periferias existenciais – indo dois a dois e realizando um ato de fé comum e partilhada. Assim, nosso compromisso radical pelo Evangelho, o reconhecimento do dom dos irmãos e o fato de abraçar uma vida “sem propriedade” preparamos para a missão evangelizadora que Deus nos confia e que nós assumimos em espírito de minoridade e itinerância evangélica.

### Uma Fraternidade universal

4. Um dos temas centrais da vida e dos escritos de Francisco tem relação com o dom dos irmãos. Para Francisco, o irmão, e por isso a fraternidade, é dom e graça no evento salvífico do santo, amável, agradável, humilde e pacífico irmão Jesus Cristo (cf. 2Cf 56). Por isso, o irmão é dom do Senhor no qual Ele se dá e se faz presente (cf. *Vós sois todos irmãos*, Roma, 2002, p. 20). Para nós, irmãos na vida evangélica, o dom da fraternidade é o *locus privilegiatus* no qual e graças ao qual Deus opera seus milagres. “A Fraternidade é nossa forma de estar no mundo e na Igreja. [...] Dom e compromisso, a Fraternidade se recebe, mas também se constrói como chamado divino e realidade humana” (*Vós sois todos irmãos*,



o.c., p. 2). Na *Regra não bulada*, no *Testamento*, nas *Admoestações* e em toda a parte nos escritos de Francisco, é claro que os irmãos são reconhecidos como dons de Deus e que são também dom de um para o outro e para o mundo (cf. *Vós sois todos irmãos*, p. 20ss.40ss; *Portadores do dom do Evangelho*, p. 7-9.).

5. Em virtude do chamado evangélico e da profissão religiosa, todos participamos da única, unida e universal família ou fraternidade. Torna-se sempre mais clara a muitos frades da Ordem que existe uma tensão entre nossa identidade de membros da Fraternidade universal e a de nossa pertença a uma específica Entidade da Ordem, ou seja, a uma Província, a uma Custódia ou a uma Fundação. Provavelmente, essa tensão é necessária e, em si, não é necessariamente negativa. Todos devemos crescer no sentido de pertença, temos necessidade de um apoio, de uma possibilidade de ancorar nossa vida, de repor nossa confiança numa instituição e num grupo de pessoas que pensamos poderem ajudar-nos a alcançar aquilo para o qual Deus nos chama. De qualquer forma, se uma particular Entidade se fechar em si mesma, se uma Província, uma Custódia ou uma Fundação perder o sentido da Fraternidade universal na qual fizemos nossa profissão, se já não cultivar a consciência de um compromisso com a missão evangelizadora, em todos esses casos acaba-se por enfraquecer ou até desnaturar nossa identidade franciscana e eclesial. Se nossa identidade estiver enraizada em Deus e se nossas Fraternidades forem lugares onde se promova o crescimento humano integral – o crescimento da pessoa e da comunidade de pessoas, os irmãos, como resposta à graça de Deus – sem dúvida, seremos conduzidos pelo Espírito de Deus a abrir nossa vida pessoal, nossas Fraternidades locais e nossas Províncias, Custódias ou Fundações à ação divina no plano da Fraternidade universal.

6. Essa tendência ou tentação de fechar-se em si mesmo, uma tentação até demasiado comum na vida religiosa e na Igreja, pode levar à falsificação da vida evangélica, privando-a da intuição ca-

rismática de Francisco, ou seja, de sua potencialidade transformadora. A intuição carismática, o espaço para uma certa criatividade evangélica que, por um lado respeita e por outro desafia a forma e a estrutura, deve sempre poder encontrar lugar e exprimir no seio de nossa fraternidade evangélica a sua capacidade de provocar uma “crise”, ou seja, uma fenda no muro de qualquer possível prazer e de qualquer movimento que leve simplesmente a adaptar-se ao “status quo”. A intuição carismática estará sempre e necessariamente presente se nossa vida estiver aberta à ação do Espírito de Deus e se vivermos numa atitude e numa predisposição de discernimento constante do dinamismo de Deus que passa por nossa Ordem, pela Igreja e pelo mundo. Isso, de maneira alguma nega as maravilhas que Deus realiza em e através da vida e das atividades missionárias ordinárias dos frades em nossa Entidade e na Ordem. Nós cremos e confiamos no fato de que Deus age em nosso meio, em nossas estruturas atuais assim como são e na vida de todos aqueles que foram chamados para o específico serviço de governo e de animação (estas duas dimensões são inseparáveis) no seio da Ordem e também no serviço ao povo de Deus.

7. No recente estudo sociológico sobre o estado da Ordem, o questionário, ao qual responderam 1408 Frades da Fraternidade universal e cujos resultados serão apresentados durante o Conselho Plenário, revela uma crescente preocupação dos Frades sobre a capacidade de as atuais estruturas e dos papéis do ministério e serviço, assim como são exercidos pelos irmãos da Ordem, podem levar adiante uma animação eficaz, que realmente gere vida, paixão pelo Evangelho e comunhão também com a Igreja e com o mundo. Grande parte dos Frades que responderam ao questionário evidenciou que a maneira de exercer o ministério e o serviço na vida da Ordem nem sempre ajuda a promover uma mais profunda experiência de fé, de comunhão com Deus e com os irmãos, um sentimento de confiança e confiabilidade entre os irmãos que favoreça a partilha da fé, das batalhas, das crises, das alegrias, dos sucessos e das esperanças e a possibilidade de cultivar o zelo e o



ardor missionário. Embora os esclarecimentos do *Mandato* 45 do Documento do Capítulo geral 2009 indiquem que “o CPO redigirá as normas sobre o número e o método de eleição dos Definidores gerais, que entrarão em vigor *ad experimentum* no Capítulo geral 2015”, essa tarefa deve ser colocada no mais amplo contexto do articulado estudo confiado ao governo da Ordem: a situação da Ordem hoje (*Mandato* 14), na realidade do redimensionamento e reestruturação das Províncias que está sendo realizado (*Mandato* 47) com diretas consequência para o futuro das Conferências e o estudo sobre os abandonos da Ordem (*Mandato* 48). O mundo está mudando, como consequência das complexidades das realidades identificadas no campo semântico dos termos “globalização” e “secularização”. A Igreja está mudando; e o Papa Francisco parece desejar muito esta mudança, por isso criou a especial comissão dos C-8, a Comissão cardinalícia que deve examinar as atuais estruturas e papéis no seio da Igreja, para repensá-los e reestruturá-los de forma a garantir que eles estejam a serviço do Evangelho e do Povo de Deus. O próprio Papa Francisco afirmou numa entrevista a 28 de março de 2013: “Quando é autorreferencial sem dar-se conta disso, a Igreja crê ter luz própria; deixa de ser o *mysterium lunae* e dá lugar àquele tão grave mal que é o mundanismo espiritual (...). Aquele viver para glorificar um ao outro. Simplificando: existem duas imagens de Igreja: a Igreja evangelizadora, que sai de si mesma, a da *Dei Verbum religiose audiens et fidenter proclamans*, ou a Igreja mundana que vive em si, por si, para si. Isso deve iluminar as possíveis mudanças e reformas que devem ser realizadas para a salvação das almas”.

8. Do mesmo modo, na Ordem, precisamos mudar a maneira pela qual pensamos em nossa identidade como membros da Fraternidade universal, embora respeitemos o princípio segundo o qual “a unidade básica na vida e missão da Ordem” seja a Província (CCGG, 169) ou a Custódia autônoma.

Existe também a urgente necessidade de refletir seriamente

sobre as diversas estruturas e os diversos serviços (por exemplo: Ministro geral e Vigário, Definidores gerais, Ministro provincial e Vigário, Definidores provinciais, Custódio e Vice-Custódio, Discretos, Presidentes de Fundações, Presidentes de Conferências), todos pensados para ajudar a promover a possibilidade de viver da melhor forma o nosso carisma, fiel e criativamente. Essas estruturas e ministérios foram introduzidos para garantir que a animação da Ordem fosse levada adiante de maneira a favorecer uma maior comunicação, colaboração, corresponsabilidade, criatividade e comunhão entre os Frades nas diversas Entidades e na Ordem toda. Não têm a finalidade de exercer o poder e o domínio sobre os irmãos, realidades que não são evangélicas nem caridosas. Como afirma a Instrução sobre o serviço da autoridade e a obediência *Faciem tuam, Domine, requirant* (Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e para as Sociedades de Vida Apostólica, 12, 11 de maio de 2008), a propósito da autoridade religiosa, retomando as palavras do Papa Bento XVI em sua homilia de início do ministério petrino: “Meu verdadeiro programa de governo é o de não fazer a minha vontade, de perseguir minhas ideias, mas, com toda a Igreja, pôr-me à escuta da palavra e da vontade do Senhor e deixar-me guiar por Ele, de forma que seja Ele próprio a guiar a Igreja nesta hora de nossa história”.

9. O Documento acrescenta que todos os membros de uma Ordem, uma Congregação ou um Instituto deve aperfeiçoar sua habilidade ou capacidade de compreender o exercício da autoridade como busca levada junto com a vontade de Deus para o pleno e integral desenvolvimento de cada membro e da comunidade ou fraternidade, vivendo a mesma atitude de Jesus, o Servo que lavou os pés de seus discípulos a fim de que eles pudessem participar plenamente de seu amor e de sua missão (cf. Jo 13,1-17).

Se os superiores religiosos, se no centro do exercício da autoridade os irmãos Ministros tiverem a humilde busca da vontade de Deus e a promoção da comunhão entre os membros, poder-se-ia



experimentar autoridade e obediência em sua complementaridade, enquanto cada um contribui para o pleno desenvolvimento espiritual de cada membro, de cada irmão e também da Fraternidade, da Entidade e da Ordem. Se exercida evangelicamente, a autoridade deveria conduzir-nos a uma melhor compreensão e prática da escuta, ou seja, a uma maior experiência da *minoritas*.

10. Este Conselho Plenário deveria favorecer o trabalho que as diversas Comissões e os vários Serviços da Ordem estão levando adiante, trabalho ligado às questões relativas à identidade e à organização, em resposta aos Mandatos do Capítulo geral 2009, que são de específica competência desta assembleia, mas sempre dentro de um mais amplo contexto e tendo presente a promoção de uma modalidade de governo mais dinâmica, flexível e simples, e o exercício da autoridade evangélica, como serviço, em todos os níveis no seio da Ordem.

### **Vinho novo, odres novos**

11. O texto evangélico que serve de subtítulo a este nosso Conselho Plenário, “Vinho novo em odres novos”, é tomado do Evangelho segundo Mateus. Como sabem, Mateus apresenta Jesus como novo Moisés (cf. Mt 5-7), que não veio para abolir a Lei e todas as práticas da tradição religiosa judaica, mas dar-lhe pleno cumprimento (cf. Mt 5,17). O novo mandato de Jesus para a vida com Deus encontra-se nas Bem-aventuranças, onde a pessoa humana é posta no centro de cada atividade religiosa (cf. Mt 5,3-12). As instituições e as práticas religiosas foram criadas para levar os crentes a fazer experiência da misericórdia de Deus (cf. Mt 12,7). Isso não reduz sua importância, muito menos afirma que todas as instituições e práticas sejam iguais e, por isso, possam ser rejeitadas à vontade. Mas significa que as estruturas e as práticas, se estiverem enraizadas em Deus e ordenadas segundo Deus, possibilitarão uma certa flexibilidade e adaptabilidade, no esforço de res-

ponder às realidades que mudam e, todavia, permanecendo fieis à intenção divina. Como o Papa Francisco afirmou recentemente em sua interpretação do texto evangélico de Mt 9,17 sobre “vinho novo em odres novos”: “Na vida cristã, e também na vida da Igreja, existem estruturas caducas. É preciso renová-las. A Igreja sempre esteve atenta ao diálogo com as culturas e procura renovar-se para responder às diversas exigências ditadas pelos lugares, pelos tempos e pelas pessoas [...]. A Igreja sempre foi adiante assim, permitindo que o Espírito Santo renovasse as estruturas [...]. Não tenhais medo da novidade do Evangelho, não tenhais medo da novidade que o Espírito Santo produz em nós, não tenhais medo da renovação das estruturas!” (*Homilia*, Casa Santa Marta, 6, de julho de 2013).

### **Necessidade de mudança das estruturas no seio da Ordem**

12. *Vinho novo, odres novos.* À respeito da vida da Ordem, as estruturas e as práticas foram introduzidas e adaptadas durante toda a história do movimento franciscano precisamente para garantir-nos a possibilidade de “entrar num processo de discernimento” (cf. *O Senhor nos fala ao longo do caminho*, 35; *Repartir do Evangelho...* p. 11-12), para rever seriamente nossa missão e para ousar experimentar cominhos inexplorados de presença e testemunho (cf. *Spc*, 33). Esse processo de discernimento ao qual somos chamados, necessariamente exigirá de nós que revisemos a atual situação da Ordem, que levemos a sério os desafios da diminuição numérica e do envelhecimento que um número sempre maior de entidades está experimentando, reconhecendo também o crescimento e a vitalidade física nas “áreas emergentes” da Ordem, incluídas África e Ásia. Creio que o desafio não é se temos ou não a sabedoria e a coragem de realizar certas mudanças e adaptações necessárias das estruturas existentes e das relativas práticas de organização, governo e animação da Ordem em vários níveis (Províncias, Custódias,



Fundações, Conferências e ‘super’ Conferências). Historicamente, como Frades Menores demonstramos ser capazes de sonhar novos sonhos e de criar novas estruturas muito mais eficazes, que ajudaram a garantir o ponto de partida e o centro do projeto evangélico: viver o Evangelho em momentos históricos e contextos culturais diferentes; repropor o Evangelho em modos compreensíveis às pessoas para levá-las a Deus; e refundar nossas presenças usando processos de reestruturação difíceis mas essenciais e/ou iniciando novos empreendimentos missionários. Todas essas realidades servem como princípios-guia pela maneira de organizarmos nossa fraternidade evangélica (cf. *Repartir do Evangelho*, 3). De qualquer forma, existe um processo de reestruturação muito mais profundo que deve acontecer, um processo que também tem relação com a conversão da mente e do coração, a reestruturação de cada Frade Menor, a fim de que cada irmão permita que o Espírito de Deus o conduza no caminho de conversão permanente. Ouçamos YHWH que fala pela boca do Profeta Oseias: “Pois quero o amor e não o sacrifício, o conhecimento de Deus mais que os holocaustos” (Os 6,6).

**13.** O mesmo tema da chamada à conversão, que guiará nossa oração, nosso discernimento e as decisões destes dias, nós o encontramos no documento *Repartir do Evangelho*: “Tudo isso comporta uma *revitalização endógena*, uma conversão profunda ao Evangelho e à forma de vida que abraçamos com a profissão. Somente assim poderemos inventar novas estruturas adequadas às situações atuais, que, por uma fidelidade dinâmica às origens, nos permitam ser provocadores, fazer perguntas aos homens e mulheres de hoje e fazer uma proposta vocacional convincente” (p. 10).

**14.** Por isso, a primeira e mais difícil tarefa deste Conselho Plenário e do próximo Capítulo geral de 2015, e de toda a Ordem, não é outra senão a de abrir nosso coração ao que Deus deseja falar, deixando que Ele nos transforme por dentro e permitindo que o poder transformador de Deus transforme também a qua-

lidade da comunhão que partilhamos em fraternidade, a simplificação de nossas vidas para o bem do Reino, a nossa vontade de tornar-nos mais ágeis e móveis, respondendo às necessidades do povo de Deus em liberdade e com irrefreável justiça e caridade e usando estruturas, exercício da autoridade como um instrumento para criar Fraternidades, Custódias, Províncias e uma Ordem que promova discernimento, serviço e corresponsabilidade no cumprimento de nossa vocação evangélica. Dessa maneira, estaremos em condições de continuar a garantir que nossas instituições e práticas sirvam para reforçar a identidade, a fraternidade, a minoridade e a simplicidade de vida, que reflete a justiça e a paz de Deus, da Evangelização missionária e da permanente experiência de conversão.

### **Mudanças nas Entidades, resultado da revisão e da reestruturação**

15. Nos últimos anos, um certo número de Entidades na Ordem iniciaram, continuam ou completaram uma caminhada de revisão e reestruturação, que está mudando o mapa da Ordem. Províncias, Custódias (autônomas ou dependentes) ou Fundações que uma vez existiam fundiram-se com outras Entidades para reforçar todos os aspectos de nossa identidade, fraternidade e atividade missionária franciscanas. A Alemanha, que antes tinha 4 Províncias, agora tem uma só. A antiga Província de São José na Bélgica tornou-se Custódia dependente da Província da Holanda (Países Baixos). Seis Províncias e uma Fundação na Espanha preparam-se para a unificação que acontecerá a 1º de janeiro de 2015, deixando assim uma Conferência com somente 4 Entidades, mas que será composta de mais de 800 Frades. No Norte da Itália, em 2016, 6 Províncias tornar-se-ão uma só com aproximadamente 650 Frades. Nos Estados Unidos, 7 Províncias com mais de 1100 Frades iniciaram um processo de revisão para garantir a vitalidade



e a presença futura da Ordem e do carisma franciscano naquela região. Esse processo poderia levar à reestruturação e a uma possível redução do número das Províncias. O Canadá iniciou um processo semelhante de diálogo entre as duas Províncias, um processo que em certo ponto deverá envolver todas as diversas presenças OFM no território canadense. No centro de todos esses processos, devemos ter sempre bem presente a conversão interior, de maneira que qualquer estrutura que daí resultar possa refletir aquilo que nós procuramos tornar-nos em Jesus Cristo. Em todos esses processos necessários e nas outras mudanças que estão se verificando na Ordem, percebe-se, por vezes, uma enorme resistência. Irmãos que não querem perder a identidade que herdaram ou criaram; não querem separar-se da visão e da prática da vida franciscana que creem ser santa, boa, verdadeira e absolutamente necessária. Isso é certo também em nível das Entidades da Ordem, em nível das Conferências e também em nível de Governo geral. Mas todos reconhecemos que o mundo e a Igreja, conforme já disse acima, estão mudando. Essas mudanças não podem realizar-se sem a oração, muita oração, e o discernimento, nem se escolhem só para tornar mais eficiente e eficaz a nossa vida. São feitas em razão de um sincero desejo de promover nosso comum esforço a serviço do Evangelho e para garantir que nossa vida de Frades Menores continue a ser capaz de aceitar o convite de Deus e de ir quando e onde o Espírito de Deus nos guiar.

**16.** Redimensionamento e reestruturação na vida da Ordem não são apenas uma resposta à diminuição, ao envelhecimento e ao desejo de garantir uma presença franciscana viva para as futuras gerações numa determinada região. Na Índia, nas Filipinas, na República Democrática do Congo, na África Ocidental e Meridional (a região do assim-chamado Projeto África) e em outras partes do mundo franciscano, a Ordem apresenta um crescimento numérico e um certo rejuvenescimento. Estão sendo criadas novas Entidades em resposta ao aumento numérico dos Frades e à necessidade de estruturas que garantam uma boa qualidade de

vida, de serviço da autoridade e de missão evangélica dinâmica. Ao mesmo tempo, essas novas Entidades deveriam aprender dos erros cometidos no passado por parte das Províncias que as fundaram, tanto missionárias como locais. Devem esforçar-se ao máximo para abrir-se a toda a forma de colaboração e cooperação com outras Entidades da Ordem, especialmente com as Províncias das quais se originaram. Essas novas Entidades devem iniciar a difícil tarefa de atualizar sua maneira de compreender a autoridade e as estruturas, refletindo sobre a necessidade de desenvolver novas modalidades de compreensão no seio da Igreja e da Ordem, sobre e objetivo e sobre a maneira de exercer a autoridade como prática de justiça, verdade, serviço e amor. As novas Entidades não devem simplesmente empenhar-se em copiar as práticas e os ensinamentos recebidos, mas devem esforçar-se por iniciar a árdua tarefa de redefinir as estruturas e os papéis, garantindo que eles encontrem ressonância no mundo cultural onde eles serão exercidos. Dessa forma, poder-se-á realizar o desenvolvimento de uma aculturação sadia e criativa dos princípios fundamentais que guiam nossa *forma vitae*. Praticamente, enquanto se formam novas Entidades e as velhas se fundem ou mudam, existe a urgente necessidade de desenvolver um forte sentido de fraternidade universal, de forjar um novo sentido evangélico de solidariedade, de partilhar os recursos humanos e materiais e de desenvolver maiores mecanismos para a transparência e a administração responsável de tais recursos humanos e materiais. Estes tornam-se ingredientes essenciais para o desenvolvimento de novos modelos de governo, para o exercício do serviço da autoridade, que devem ser relacionais, e para a criação ou recriação das principais estruturas da Ordem que poderiam estar em condições de transmitir nossa identidade na vida da Ordem da Igreja e do mundo, neste particular momento histórico.

17. A mudança na vida dos Frades e da Ordem comporta necessariamente consequências sobre todos os outros Frades e sobre a Fraternidade em nível de Entidade, de Conferência, de Super-Conferência e de Ordem. As mudanças que acontecem em



determinadas Entidades da Ordem não interessam só às próprias Entidades, mas dizem respeito às outras Províncias, atingem as Conferências e toda a Ordem. Lentamente, nas Províncias está se firmando um novo espírito de identidade universal de nossa vocação e missão franciscanas. Os resultados do estudo sociológico e do questionário revelam um desejo crescente entre os Frades de reforçar os laços de solidariedade e a colaboração interprovincial em todos os setores de nossa vida; de derrubar as barreiras que nos impedem de mover-nos com maior liberdade e responsabilidade entre as diversas Entidades e de estar a serviço da Ordem inteira através de projetos missionários que foram aprovados pela mais alta autoridade da Ordem, ou seja, pelos Capítulos gerais. As Conferências, que são constituídas segundo um número mínimo de cinco entidades (*EEGG* 200 §4), também as mudanças na geografia das Províncias e das Custódias autônomas atingem as Conferências e, segundo nossa legislação, apelam para sua legitimidade. Devemos repensar novamente se queremos continuar a usar eficazmente a estruturas da Conferência e também da Super-Conferência, que têm como objetivo primário “a promoção da unidade, a coordenação e a colaboração na vida missão da Ordem” (*EEGG*, 200 §1). Nos *Estatutos gerais* da Ordem, está claro que todas as nossas estruturas são organizadas e orientadas para o mais alto nível do bem comum, a Fraternidade universal. Todos aqueles que servem à Ordem em nível universal estão conscientes de que sua primeira responsabilidade é por toda a Ordem, embora devam lutar para responder às necessidades específicas e para ajudar os Ministros no âmbito de uma determinada região a levar adiante o serviço de animação e a administrar a comunicação e a comunhão entre regiões, nas Conferências, e com o Governo central da Ordem.

**18.** Outra área de renovado interesse na Ordem é a questão de quem pode exercer os cargos maiores na Ordem, no caso, o cargo de Ministro geral, Vigário geral, Ministro provincial, Vigário provincial e Custódio de uma Custódia autônoma. Segundo a vigente

legislação do Direito canônico, das *Constituições* e dos *Estatutos gerais* (art. 3), só os Frades que têm a Ordem sagrada podem exercer a jurisdição ordinária, pois a Igreja nos considera entre os Institutos clericais (art. 3 §2). Embora a Igreja tenha reconhecido que todos os Frades são completamente iguais nos seus direitos e deveres religiosos, “excetuado aquilo que provém da Ordem sagrada” (art. 3 §1). Junto com ao Capuchinhos e os Conventuais, em diversas ocasiões, a Ordem procurou encarar a questão com a Santa Sé, mas nunca recebeu outra resposta senão a da legislação vigente. Recentemente, o Definitório geral discutiu a matéria e iniciou um diálogo com nosso Arcebispo franciscano, Sua Excelência Dom José Rodríguez Carballo, OFM, Ministro geral anterior. Iniciamos também uma revisão da legislação eclesiástica, de sua história, dos esforços feitos no passado para explorar possíveis mudanças que nos permitam eleger Frades não sacerdotes a cargos maiores. Outro esforço foi o de nomear quatro Irmãos não sacerdotes como vogais para este Conselho Plenário, a fim de garantir uma presença ativa e o envolvimento deste importante grupo de Frades no debate e nas decisões que se referem ao número de Definidores gerais necessário para satisfazer às necessidades da Ordem em nível mundial e da maneira de elegê-los. Obviamente, nossas discussões devem incluir também uma reflexão e um discernimento sérios e fundados na oração sobre o estado da Ordem, da Igreja e do mundo e sobre a maneira de nós, Frades Menores, podermos ser mais eficazes na encarnação de nosso carisma e na participação da transformação de nossa vida, da vida da Igreja e do mundo. Enquanto isso, todos devemos renovar nosso esforço em relação ao princípio da Fraternidade universal, na qual todos os Frades são completamente iguais em seus direitos e deveres religiosos. Com os Ministros gerais da Primeira e da Terceira Ordem, o Definitório geral pedirá ao Papa Francisco que estimule a Especial Comissão criada pelo Bem-aventurado Papa João Paulo II na *Vita consecrata* (1996, 61) para “examinar e resolver os problemas relativos à questão...”. Reconhecemos a sabedoria do Bem-aventurado João Paulo



II ao afirmar que ele e a Cúria romana “esperarão as conclusões da Comissão antes de tomar decisões adaptadas segundo aquilo que for determinado com autoridade”. Pelo que sei, ainda foi tornada pública nenhuma afirmação, nenhum documento e nenhuma decisão dessa Comissão. Continuaremos a ocupar-nos dessa matéria no corrente sexênio e pediremos ao futuro Governo da Ordem que persevere em tornar conhecido o nosso pedido. De qualquer forma, de modo algo isso deveria impedir-nos de, como Ordem, continuar a criar e propor novos modos de promover a dignidade e a igualdade de todos os Frades na Ordem, procurando sempre permitir que o Espírito transforme nosso coração e nossa mente.

### **Valores duradouros, mutáveis formas de expressão**

19. A nova retomada e prática dos valores centrais de nossa identidade de Frades Menores deveria servir como princípio-guia para a reorganização das estruturas e dos serviços que poderemos considerar absolutamente essenciais para encarnar nossa vocação de religiosos consagrados na Igreja e no mundo de hoje. Por isso, “as estruturas deveriam refletir plenamente e serem postas a serviço de uma qualidade de vida evangélica que esclareça e justifique nosso modo de agir, nosso modo de viver em fraternidade e nosso modo de desenvolver a missão evangelizadora da Igreja e da Ordem hoje” (cf. Giacomo Bini, *Allocutio Ministri Generalis*, in “Acta Consilii Plenarii Ordinis Fratrum Minorum, Guadalajara, Jalisco, México, 5-17 de novembro 2001, p. 107). Como nos recordam as palavras introdutórias do *Instrumentum laboris* deste Conselho Plenário: “Vivemos nossa vocação de Frades Menores ajudados pelas estruturas fraternas de nossa Ordem, estruturas que unicamente têm sentido quando pensadas para a animação vocacional integral de todos os frades e para o serviço eclesial ao qual fomos chamados” (p. 9).

## À guisa de conclusão

20. O objetivo principal do Conselho Plenário é “examinar os resultados do estudo detalhado desenvolvido por uma Comissão internacional, com a participação de algumas Entidades e Conferências, sobre o Governo geral”. O Conselho deverá refletir e tomar decisões sobre o número dos Definidores gerais e sobre a maneira de elegê-los (*PdE*, Mandato 45). As decisões tomadas sobre o número e método de eleição dos Definidores gerais entrarão em vigor *ad experimentum* no Capítulo geral 2015 (cf. *PdE*, Mandato 45,4). Serão examinados outros dois sub-temas tradicionais: as estruturas e a situação da Ordem hoje e o desafio dos Frades que abandonam a vida franciscana. E depois, por trás, embaixo e ao redor destes temas e sub-temas existem mais amplas questões relacionadas com a nossa vida em comum e o nosso testemunho profético no mundo de hoje. Como lemos no parágrafo final do *Instrumentum laboris*: “O critério que pode utilmente acompanhar o trabalho do CPO será a convicção de que todas as estruturas devem estar a serviço da comunhão e da pertença à Ordem; não está em jogo esta ou aquela Província, esta ou aquela Conferência, mas o carisma e a missão da Ordem. Somente um olhar sobre a Ordem no seu conjunto pode ajudar-nos a dar o justo equilíbrio a cada parte e pode evidenciar a oportunidade das diversas estruturas. Tudo isso para que cresça também a qualidade de nossa vida fraterna, no serviço ao Reino, segundo a nossa vocação de *observar o Santo Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo*” (p. 30).

21. Enfim, exatamente como conclusão, deixo à vossa reflexão as seguintes perguntas:

Em que modos a nossa compreensão dos valores essenciais e universalmente vinculantes de nossa identidade franciscana pode ajudar-nos a repensar as atuais estruturas da Ordem em todos os níveis, a fim de que possamos responder com mais eficácia às necessidades da vida franciscana hoje?



Como podemos aprofundar a reflexão sobre a natureza e sobre a prática dos papéis de autoridade, a fim de promover um maior sentido de corresponsabilidade, de participação, de colaboração, de comunicação e de criatividade no seio da vida das fraternidades locais, em nível de Províncias, Custódias, Fundações, Conferências e em nível de fraternidade universal da Ordem? Quais são os temas fundamentais que não podem faltar nesta discussão? Que instrumentos podemos utilizar para levar avante essas reflexões?

**22.** Deus abençoe o trabalho de todos nós reunidos aqui neste Conselho Plenário e abençoe também a vida e o testemunho de todos os irmãos da Ordem. Obrigado pelo trabalho que vós, as Conferências e as diversas Entidades da Ordem tendes desenvolvido em preparação a este Conselho Plenário. Este trabalho preparatório é importante, mas não deve determinar a meta à qual o Espírito poderá nos conduzir nestes dias, se nos abrirmos a Deus e a seu desejo de renovar sempre as estruturas da Ordem, a fim de renovar a vida de todos os irmãos. O Espírito de Deus e a abertura do coração e da mente guiam a todos nós para uma santa novidade: “Vinho novo em odres novos”.

*Conselho Plenário  
Ordem dos Frades Menores  
Konstancin-Jeziorna, Polônia,  
17-30 de novembro de 2013*



**DOCUMENTO  
DO CPO 2013**

**Foto**









